



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 35/2022

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº [0002845-11.2021.6.22.8000](#)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022 (SRP)**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DO PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 10.927.661/0001-10, com sede na Rua Santos Dumont, n. 1709 - Térreo, Bairro: Pedrinhas, CEP.: 76.801-462, Município de Porto Velho, Estado do Rondônia, Telefone(s): (69) 3043-0017 / 3043-0018, 98114-6083/ 069-99292-5695 / (69) 99270-2727, E-mail(s): erpdeoliveira2019@gmail.com e wapdeoliveira@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhor **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG, CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

DEMONSTRATIVO DO VALOR DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TODOS OS POSTOS						
LOTE / DESCRIÇÃO	ITEM DA ARP	POSTO DE TRABALHO	QTD POSTOS	VALOR UNITÁRIO POSTO	VALOR MENSAL DOS POSTOS	PREÇOS GLOBAIS PARA 2 MESES E 18 DIAS
ÚNICO Serviço de Apoio Administrativo	1	Auxiliar Administrativo Código - CBO - 4110-05	58	R\$ 6.56 6,71	R\$ 380.8 69,18	R\$ 990.259, 87
		Supervisor Administrativo Código - CBO - 4101-05	1	R\$ 5.86 2,14	R\$ 5.862, 14	R\$ 15.241,5 6
SUBTOTAL						R\$ 1.005.50 1,43
VALOR ESTIMADO COM HORAS EXTRA						R\$ 129.310, 00
VALOR ESTIMADO COM DESLOCAMENTOS PARA FORA DO DOMICÍLIO (DIÁRIAS/PASSAGENS)						R\$ 99.000,0 0
VALOR ESTIMADO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO						R\$ 1.233.81 1,43

1.2. No Anexo XIX do instrumento convocatório (Edital) e seus anexos são apresentados os quantitativos estimados dos postos de serviços, os quais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serão solicitados de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa e celebração de Contrato.

1.3. O quantitativo e outros detalhamentos dos postos de serviços que vierem a ser solicitados serão definidos na respectiva Nota de Empenho e no Contrato.

1.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações - para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.5. A presente Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.6. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização desta ARP ficará a cargo do titular da Seção de Administração Predial – SEAP do TRE-RO, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências, telefone (69) 3211-2147, e-mail: seap@tre-ro.jus.br .

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 15 de julho de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO Pela Adjudicatária Fornecedor
Aldací Souza Mota	Luciano da Silva Santos Braga



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/07/2022, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO, Usuário Externo**, em 15/07/2022, às 15:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 15/07/2022, às 15:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 15/07/2022, às 15:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0860066** e o código CRC **86DFE541**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Formação de Registro de Preços – Eventual contratação de empresa especializada - Prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia - Suporte às Eleições de 2022 - Análise da minuta de edital e contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 61 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação dos atos da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de apoio administrativo com atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia para suporte às Eleições de 2022 ([0731945](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 38 ([0835183](#)), oportunidade na qual esta unidade opinou pela formação de registro de preços, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto n. 7.892/2013, para a eventual contratação dos serviços indicados, por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019.

03. Sobreveio manifestação da SAOFC ([0836289](#)) e autorização da Diretora-Geral para abertura do certame ([0837159](#)) nos moldes sugeridos por esta unidade jurídica, oportunidade em que, dentre outros comandos, **afastou-se** o regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte e determinou-se a divulgação dos valores estimados para da contratação com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa (art. 15 do Decreto n. 10.024/2019).

04. Redigido o instrumento convocatório, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2022** e seus anexos ([0845834](#)) e da minuta do **Contrato** ([0839399](#)). **É o necessário relato.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

05. Como de praxe, esta unidade registra que sua análise se limita aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não lhe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competindo adentrar em aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

2.1. Preliminarmente: Da revogação da Resolução TSE n. 22.324, de 25 de março de 2010

06. A execução indireta, mediante contratação, de serviços na administração pública federal, prevista no **Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967** e na **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**, encontra-se atualmente disciplinada pelo **Decreto n. 9.507 de 21 de setembro de 2018**. De acordo com a literatura especializada, verifica-se que a normatização tem procurado impor limites e vedações à prática da chamada terceirização de serviços pela Administração Pública. Assim:

4 Os limites da terceirização dos serviços públicos - Com passar do tempo, o Estado veio cada vez mais aumentando a gama de serviços públicos, e com o advento da Constituição Federal de 1988 de forma vultosa, as obrigações do Estado e os direitos do povo se sobrepuseram à capacidade estrutural e financeira dos órgãos públicos de modo geral. (...) Com efeito, no exercício da discricionariedade, o Estado pode conferir a titularidade de algumas das suas tarefas a particulares que deverão prestar o serviço de acordo com as regras e períodos impostos. Todavia, a questão de grande debate envolve o limite dessas terceirizações, podendo ser fixados limites de competência e legitimidade de atuação e ainda a questão dos princípios da Administração Pública que podem (e devem) ser seguidos por aqueles que assumem uma tarefa que até então era precípua do Estado. (grifou-se. disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/a-terceirizacao-no-servico-publico-aspectos-gerais-limites-e-vedacoes/>, acesso em: 20 jun. 2022)

07. Nessa linha, o referido Decreto Federal lista expressamente o rol dos serviços excluídos da execução indireta ao tempo em que também a permite para as atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, veja-se:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado. (negritou-se)

08. Assim como em outros órgãos do Poder Judiciário, na Justiça Eleitoral também se encontra regulamentação específica acerca da contratação de serviços pela execução indireta ou terceirizados. Esse papel coube à **Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010**, que na esteira dos comandos das normas de hierarquia superior e dentro de suas especificidades, também estabeleceu os contornos da terceirização de serviços nesta Justiça especializada.

09. Tanto é assim que o termo de referência da contratação autorizada neste processo ([0827687](#)) corretamente reproduz dispositivos extraídos do referido normativo do TSE e com aplicabilidade em toda a Justiça Eleitoral nacional, notadamente para demonstrar a licitude da terceirização pretendida. Veja-se os excertos adiante:

2. JUSTIFICATIVA

I – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O TRE-RO conta com um quadro de servidores bastante enxuto e muitas vezes insuficiente para atender a todas as demandas e operações ordinárias decorrentes de um pleito eleitoral. E não há viabilidade de atender a todos os Cartórios Eleitorais somente com os servidores disponíveis. Restou, então, a alternativa de contratação dos serviços de apoio administrativo, com perspectiva de ativação de 29 (vinte e nove) postos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para prestar apoio às intensas atividades de preparação, organização e realização de eleições, inerentes às Zonas e Cartórios Eleitorais. Além dos 29 postos citados, haverá também a ativação de 01 (um) posto de SUPERVISOR ADMINISTRATIVO, que supervisionará administrativamente todos os postos de trabalho.

Tal solução encontra-se amparada na Resolução TSE 23.234/2010, de 25 de março de 2010, atualizada pela Resolução 23.518/2017 TSE, conforme transcrito abaixo, com grifos nossos:

Art. 4º-A. Também poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do tribunal eleitoral, especialmente:

I - atividades de apoio administrativo ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral;

II - em ano eleitoral, as atividades de apoio administrativo à organização dos pleitos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Como visto, a pretensão da contratação por período certo e determinado de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais no Estado de Rondônia para o suporte às Eleições de 2022 encontra abrigo expresso na regra permissa do art. 4º A do citado normativo, posto que se referem a serviços ou atividades de apoio administrativo na organização do pleito eleitoral de 2022. Tanto é assim que esta unidade, se manifestou pela possibilidade jurídica da contratação, assim autorizada, ainda no mês de maio do corrente, pela Diretoria-Geral deste Tribunal ([0837159](tel:0837159)).

11. Contudo, entre a aprovação da contratação pela autoridade administrativa competente e este momento em que se analisam os atos que irão desencadear a fase externa do certame competitivo, ocorreu a revogação da **Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010** pelo **art. 33 da Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022**. Nota-se ainda que o novel regulamento não tratou especificamente de toda a matéria revogada e ampliou o objeto de suas disposições à Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral.

12. Diante desse fato, esta unidade jurídica, de plano, cuidou de verificar se a hodierna regulamentação trouxe alguma alteração no sentido de vedar a contratação terceirizada para as atividades demandadas nesta pretensão em análise. **Tal não ocorreu.** Há disposição expressa na nova norma que praticamente reproduz a norma revogada e, de igual forma, também prevê a possibilidade de terceirização para essa atividade. Veja-se o texto de seu art. 12:

Art. 12. É vedada a contratação de atividades que:

....

§ 1º Poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Tribunal Eleitoral, especialmente as seguintes atividades de apoio administrativo:

I - ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral; e

II - à organização dos pleitos.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 3º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato, exclusivamente como prestação de serviços, sendo vedada a contratação de mão de obra.

§ 4º O Tribunal Eleitoral deverá realizar avaliação periódica das necessidades que motivaram a terceirização da atividade, com vista a identificar novas alternativas que garantam maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (destacou-se).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Vencida essa questão que, no sentir desta unidade poderia fulminar a pretensão da unidade demandante, entende-se que se deve ainda observar a ocorrência de alguma regra contida no termo de referência - com aplicação no certame e no contrato – em oposição direta com a nova **Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022.**

14. Seguindo esse raciocínio lista-se adiante em quadro esquemático com as referências relevantes do TR às normas da Resolução TSE n. 23.234/2010, as regras do novo regulamento e os eventuais conflitos ou incompatibilidades com a Resolução TSE n. 23.702/2022:

Dispositivo do TR – Referência à Resolução TSE n. 23.234/2010	Regulação da matéria pela Resolução TSE n. 23.702/2022	Conclusão
Capítulo 2 do TR Art. 4º A: Justificativa, possibilidade normativa da terceirização dos serviços.	Art. 12, §§ 1º e 2º,	Não há conflito ou incompatibilidades, como já registrado no item 12 deste parecer.
Capítulo 3 do TR - 3.8. Da opção pela contratação de postos de serviços para o adequado atendimento da demanda: Art. 8º com redação já mitigada no TR pelas disposições da IN SG/MPDG n. 005/2017 e entendimentos do TCU.	Art. 12, § 4º. Traz dispositivo similar quando se refere à economicidade de recursos financeiros.	Não há conflito ou incompatibilidades entre as regras.
Capítulo 13 do TR: Do acordo de nível de serviços	Não regulada.	Não há conflito ou vedação para o estabelecimento de ANS no sentido de prever os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, o cumprimento das obrigações contratuais, e respectivas adequações de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		<p>pagamento.</p> <p>Registre-se que regra similar é encontrada no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo V-B da IN SG/MPDG n. 005/2017, expressamente aplicada à contratação (Cláusula Vigésima Quarta da minuta do contrato).</p>
Demais citações no TR	-	<p>Apenas dizem respeito à aplicação da Resolução TSE n. 23.234/2020 à futura contratação e, como visto neste quadro, no que relevante, encontram amparo nas outras normas citadas.</p> <p>Tem-se, portanto, mera irregularidade formal.</p>
Edital do certame		<p>Reproduzem as regras do TR, motivo pelo qual, segue-se a conclusão acima: no que relevante, encontram amparo nas outras normas citadas neste quadro.</p>
Minuta do contrato		<p>Reproduzem as regras do TR, motivo pelo qual, segue-se a conclusão acima: no que relevante, encontram amparo nas outras normas citadas neste quadro.</p>

15. Como visto, não há incompatibilidades das regras contidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2022 – SEAP ([0827687](https://www.trerond.com.br/procurement/licitacao/licitacao-0827687)), já



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovado pela autoridade administrativa na data de 31/05/2022 ([0837159](#)), em razão da revogação da Resolução TSE n. 23.234/2010 pelo art. 33 da Resolução TSE n. 23.702, de 08 de junho de 2022, embora aquele documento faça referências expressa ao regulamento revogado.

16. Nessa mesma linha, verifica-se que também não há incompatibilidades na redação da minuta do futuro contrato que regulará a execução dos serviços ([0839399](#)) e do edital do certame ([0845834](#)), uma vez que as referências ao regulamento revogado não afetarão o desenrolar do certame ou execução do futuro contrato.

17. Deve-se ainda registrar que é extremamente comum que as novas normas administrativas respeitem os atos praticados sob vigência de normas válidas anteriores. Cita-se, de forma meramente exemplificativa, alguns exemplos recentes:

I – A instrução normativa SEDG/ME n. 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, que estabelece:

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 5, de 2014, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.

II – A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, sobre o mesmo tema e com regra idêntica de aplicação temporal no Parágrafo único de seu art. 11.

18. De fato, a preocupação com a segurança jurídica dos atos e decisões da esfera administrativa foi objeto de recente alteração legislativa introduzida na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB – Decreto-Lei n. 4.567, de 4 de setembro de 1942), que por meio da Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, estabeleceu:

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Por fim, deve ser registrado, ainda que a revogação desse regulamento foi objeto de recente debate no grupo de discussão do **WhatsApp** das assessorias jurídicas administrativas dos tribunais eleitorais. Ali foi exposto pela representante do TSE que a referida norma estava bastante desatualizada, motivo pelo qual no TSE já utilizava a IN MPDG 5/2017 - atualizada em relação ao Acórdão TCU 1.214/2013. De notar-se que a referida Instrução Normativa do Poder Executivo tem aplicação expressa às regras do TR (capítulo I), do edital (item 15.4) e do contrato (Cláusula Vigésima Quarta).

20. Dessa forma, na esteira do que registrado neste parecer, a saber:

I – Inexistência de incompatibilidades entre as regras contidas no termo da referência aprovado pela autoridade administrativa em 31/05/2022 e que tiveram como fonte alguns artigos da Resolução TSE n. 23.234/2010, com as disposições da hodierna Resolução TSE n. 23.702, que revogou o primeiro regulamento em 09/06/2022, conforme constatado e registrado no quadro que integra o item 14 deste parecer;

II – A aplicação na esfera administrativa do Princípio de aplicação da lei denominado de "*tempus regit actum*", que pode ser compreendido, de forma simplificada, pela ideia de que qualquer situação jurídica será avaliada e julgada não pela lei em vigor atualmente, mas sim, pela legislação aplicada no tempo de sua constituição, o qual, ao largo de qualquer debate, encontra-se assegurado pelo art. 24 da LINDB.

Esta assessoria jurídica entende que as disposições citadas da resolução revogada, embora formalmente inadequadas, não maculam o termo de referência já aprovado pela autoridade administrativa e as minutas do instrumento do futuro contrato e do edital do certame, os quais poderão produzir integralmente os efeitos jurídicos pretendidos.

2.2. Das minutas do edital do certame e do instrumento do futuro contrato.

21. Vencida a questão da revogação da Resolução TSE n. 23.234/2010, ocorrida em 09 de junho de 2022, observa-se que a minuta do edital juntada ao processo contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei n. 8.666/93, notadamente seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à contratação de serviços terceirizados, atualmente disciplinadas pela Resolução TSE n. 23.702/2022, no âmbito da Justiça Eleitoral e pela **Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2017**.

22. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (itens 9.1 a 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.6 “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

23. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, registrou-se o prazo razoável de 02 (duas) horas, a partir da solicitação pelo Pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos do art. 38, § 2º do Decreto n. 10.024/2019.

24. Por fim, verifica-se que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0839399](#), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

III - DA CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica:

I – Preliminarmente, entende que as disposições da Resolução TSE n. 23.234/2010, revogada em 09/06/2022 pela Resolução TSE n. 23.702/2022, embora formalmente inadequadas, não maculam o termo de referência já aprovado pela autoridade administrativa na data de 31/05/2022 e as minutas do instrumento do futuro contrato e do edital do certame, os quais poderão produzir integralmente os efeitos jurídicos pretendidos, na forma das razões e fundamentos apontados neste parecer;

II – Em função do registrado no inciso I acima e para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprova os termos da **minuta do Contrato ([0839399](#)) e do Edital e seus**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Anexos (0845834), estando os instrumentos aptos para desencadear a fase externa do certame competitivo.

26. Não obstante tais conclusões, considerando que a decisão final sempre competirá às autoridades administrativas, sendo que essas se manifestaram ou decidiram pela aprovação do termo de referência n. 5/2022 (0845834) previamente à revogação da Resolução TSE. n. 23.234/2020, entende-se necessário a elas submeter as conclusões deste parecer para conhecimento e deliberação, na qual serão integrados ainda elementos de conveniência e oportunidade na prática dos atos, até porque o referido TR noticia a pretensão de ativação dos postos no dia 17/08/2022.

27. Caso a autoridade administrativa acolha as conclusões deste parecer poderá enviar o processo diretamente ao Pregoeiro deste Tribunal para continuidade do certame; caso contrário poderá enviar à SEAP, unidade demandante, para os ajustes nos documentos da contratação, principalmente do TR, seguindo-se após seu regular curso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 21/06/2022, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0847064** e o código CRC **40BAA31E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Formação de registro de preços - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo para suporte às eleições de 2022.

DESPACHO Nº 651 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial - SEAP, visando à formação de registro de preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, no período de 17/08/2022 a 04/11/2022, para suporte às Eleições de 2022 ([0731945](#)).

Carreou-se aos autos o documento de formalização da demanda ([0731951](#)); estudos técnicos preliminares ([0818245](#)); análise de risco ([0818255](#)); informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0818632](#)); e o termo de referência ([0827687](#)), contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A contratação foi estimada no valor de R\$ 1.311.576,39 (um milhão, trezentos e onze mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), nos termos do item 4.7 do TR ([0827687](#)).

Após as diligências cabíveis, a COMAP concluiu que o TR, complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0828724](#))

Por se tratar de Registro de Preços, dispensada a programação orçamentária.

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela formação de registro de preços, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço por lote, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's; e pela divulgação do valor estimado dos serviços. Ademais, tendo em vista que a minuta do contrato não foi juntada aos autos, ressaltou que a minuta do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumento contratual deve constar como anexo do instrumento convocatório para, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, receber a análise daquela assessoria jurídica ([0835183](#)).

Por sua vez, a SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por "menor preço por lote", adotando-se o sistema de registro de preços, com registro de intenção de registro de preços; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPPs; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental; e pela restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação ([0836289](#)).

Inicialmente, necessário esclarecer que, embora tenha sido publicada a Lei nº 14.133, em 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com o artigo 193 permite a utilização da lei nº 8.666/93 por dois anos após a publicação da referida lei, momento este que ocorrerá a revogação daquela (1º/04/2023).

Analisando os autos, verifica-se a viabilidade de contratação de atividades auxiliares na prestação dos serviços desta justiça especializada, fundamentada a terceirização pretendida no art. 4º-A da Resolução TSE n. 23.234/2010. Além disso, o objeto atende às condições necessárias para contratação desse tipo de atividade, enquadrando-se nas hipóteses estabelecidas no art. 5º, incs. I, alíneas "a" e "b", e II, todos da Resolução 23.234/2010-TSE. Ademais, não está presente, no caso concreto, o enquadramento na vedação de contratação de atividades que sejam inerentes às especialidades constantes do quadro de pessoal do TRE, prevista no art. 5º da mesma Resolução.

Cabe ainda observar que, em virtude de os padrões de desempenho e qualidade dos serviços pretendidos poderem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa, definindo-se como comuns, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19.

Quanto à formação de registro de preços, as justificativas registradas pela unidade solicitante no subitem 7.2 do TR encontram-se de acordo com a hipótese permissiva do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo o procedimento adequado para a aquisição pretendida, posto que melhor atenda ao interesse da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No tocante à intenção de registro de preços, a unidade solicitante se manifestou pela divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), por entender que a iniciativa é salutar, podendo contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG, conforme subitem 7.3 do TR em comento. Consoante o item 28 do Parecer Jurídico AJSAOFC [0835183](#), a manifestação está em consonância com § 1º-A do art. 4º do Decreto Federal nº 7.892/2013, que disciplina o instituto de IRP. Outrossim, consta nos autos manifestação favorável da SAOFC ao registro de intenção de registro de preços, nos termos da Manifestação 218 ([0836289](#)).

Sobre o valor estimado da contratação que se pretende efetivar, extrai-se que, na formação dos preços de mão-de-obra, a unidade solicitante lastreou sua pesquisa em estimativa a partir dos componentes estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva de 2022 do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO, neste ato denominada CCT 2022. A SEAP sistematizou sua pesquisa no tópico 4.7 do TR, com base na Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0818632](#)), procedimento este que atende às orientações da Corte de Contas Nacional.

Com relação à sustentabilidade, descrita no item III do TR nº 4/2022-SEAP, a unidade solicitante elencou os critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser atendidos pela contratada, para efeitos de cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, entende-se como inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de MEs e EPPs, porquanto seus valores estimados excedem ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Há ainda que se considerar que, dada a unicidade do objeto, amplamente justificada no subitem 3.10 do TR, torna-se impossível aplicar o regime de cotas destinadas às ME/EPP's, posto que os serviços foram descritos como indivisíveis para fins da contratação de uma única empresa especializada, motivo pelo qual também não terá lugar a regra do inciso III do art. 48 da LC n. 123/2006.

Destarte, diante do exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria nº 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0818245](#)) e o Termo de Referência nº 5/2022 ([0827687](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento nº [0818632](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, por lote, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

4 - determino a utilização do Sistema de Registro de Preços e a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), por entender que tal medida pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG;

5 – determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015 c/c Lei Complementar n. 123/2006;

6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante tópico III do TR, com fulcro na Resolução CNJ nº 400/2021; e

7 - determino a divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019;

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida, devendo providenciar a elaboração de minuta do instrumento contratual, consoante orientado no item 53 do Parecer Jurídico 38 ([0835183](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 31/05/2022, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0837159** e o código CRC **ED776EFE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002845-11.2021.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 19/2022 – Formação de Registro de Preços – Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para atuação nos cartórios eleitorais do Estado de Rondônia (suporte às Eleições de 2022).

DESPACHO Nº 877 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Administração Predial (SEAP) deste Tribunal, no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo, para atuação nos cartórios eleitorais do estado de Rondônia, para suporte às Eleições de 2022, conforme Termo de Abertura ([0731945](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 19/2022 ([0848619](#)).

Houve 2 (dois) pedidos de esclarecimento ao edital, devidamente respondidos ([0851834](#) e [0852040](#)) com o apoio da unidade demandante ([0851133](#) e [0851242](#)). Não houve impugnação ao edital.

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0854851](#)), a Ata do Certame ([0856277](#)), resultado por fornecedor ([0856278](#)), termo de adjudicação ([0856279](#)) e a comprovação de envio do resultado para publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0856281](#)). Por fim juntou o Relatório nº 41/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0856282](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0856299](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA., sagrando-se vencedora do certame.

Não houve registro de intenção de recurso.

A Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0856279](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02. Com relação ao incidente envolvendo a licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, entende que a Administração poderá deixar de instaurar o procedimento administrativo investigativo (consoante relatado no item 7, "f", do parecer) adotando, de outra via, a expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa denunciada, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário**, sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi constatada no certame do Pregão Eletrônico SRP n. 19/2022 e **que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro** (Parecer Jurídico n. 88/2022 - evento [0856384](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0856277](#)).

Sobre a ocorrência/incidente envolvendo a licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, oportuno mencionar as informações prestadas pelo Pregoeiro no Relatório n. 41/2022 ([0856282](#)), *in verbis*:

No que se refere à licitante GOLDEN CONSTRUÇOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, temos a informar:

I - Por meio de mensagem eletrônica apresentada pela licitante LOCTEMP LOCACAO DE SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI ([0855417](#)), este Pregoeiro tomou conhecimento de uma possível irregularidade em declaração de ME/EPP;

II - Com base nos itens 4.2.2 e 19.6 do edital e considerando o dever de diligência, este Pregoeiro questionou a licitante GOLDEN CONSTRUÇOES via chat;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Em resposta, a licitante admitiu que houve faturamento superior ao teto de R\$ 4.8000,00 ([0856277](#), chat 07/07/2011, às 15h22m). A licitante informa, ainda, que já solicitou seu desenquadramento como ME/EPP, mas afirma que seu balanço patrimonial saiu somente em maio/2022 e que seu desenquadramento pode levar até 6 (seis) meses nos órgãos competentes.

IV - A licitante declarou conhecer as regras do edital ([0856275](#)) e declarou, sob as penas da Lei, que **não ultrapassou o limite de faturamento** e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar ([0856276](#)).

V - Ora, tratando-se de teto legal para fruição de benefícios em processos licitatórios (art. 3º da Lei Complementar 123/06), não pode o Pregoeiro ignorar a regra.

VII - A declaração em discordância com a realidade fática impediu que a sistema operasse automaticamente o desempate ficto previsto no §2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06.

VIII - Não sendo possível desfazer a declaração no sistema e não sendo possível o retorno à fase de lances, restou a este Pregoeiro a recusa da proposta da empresa, com base no item 4.5, "c", do edital.

IX - Uma vez recusada a proposta, o sistema operou automaticamente o desempate ficto previsto no §2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, retornando o procedimento à normalidade.

XI - Poderá a autoridade superior, caso queira, determinar a apuração de responsabilidade da licitante. Caso assim entenda, parece-nos, pela justificativa apresada pela licitante GOLDEN CONSTRUÇÕES, que não houve má-fé da empresa. A nosso sentir, houve uma equivocada conclusão da empresa de que o mero cadastro no órgão de comércio seria justificativa suficiente para usufruir os benefícios de EPP em licitações, ignorando que o critério legal não é esse, mas o faturamento no exercício anterior.

Todavia, conforme bem ponderou a AJSAOFC ([0856384](#)), as alegações apresentadas pela licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA.**, afastam a certeza de que essa tenha agido deliberadamente de má-fé dirigida ao falseamento da verdade no certame em que participou. Mais importante ainda é que, com a recusa da sua proposta pelo Pregoeiro, foi afastado qualquer prejuízo aos demais competidores da licitação e, sobretudo, ao Erário, que logrou a obtenção de uma proposta com valor abaixo daquele estimado pela Administração.

Em razão disso, será razoável deixar de instaurar o procedimento administrativo investigativo aqui relatado, sendo mais conveniente a adoção de outra via, a saber expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa denunciada, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário** sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi praticada no certame do Pregão Eletrônico SRP n. 19/2022, a fim de que **os responsáveis se abstenham da prática das condutas, consideradas reprováveis, no futuro.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 19/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0856279](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação, bem como expedição de **ALERTA** ao representante legal da empresa **GOLDEN CONSTRUÇÕES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ n. 10.565.121/0001-34, como indicado no **Acórdão TCU n. 2392/2014-Plenário**, sobre as possíveis consequências de conduta como a que foi praticada no certame do Pregão Eletrônico SRP n. 19/2022, a fim de que os responsáveis se abstenham da prática das condutas como essa, **futuramente**.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/07/2022, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0856976** e o código CRC **AD37F9CD**.